

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SERTÃO (EFASE): ENSAIO A RESPEITO DOS SENTIDOS DA ESCOLA EM UM MUNDO EM CRISE*

THE FOUNDATION OF THE RURAL FAMILY SCHOOL OF SERTÃO: AN ESSAY ABOUT THE MEANINGS OF SCHOOL IN A WORLD IN CRISIS

Denizart Fazio**

RESUMO: Em meio a violentos conflitos agrários, a legitimação estatal da grilagem histórica, a baixa expectativa de vida, a seca e a fome, a falta de oferta educacional consistente e a expressiva migração de jovens, as emboscadas e mortes de lideranças comunitárias, em 13 de março de 1998 agricultores da região de Monte Santo (BA) fundam, no meio da caatinga, a Escola Família Agrícola do Sertão (Efase). O presente ensaio parte da pesquisa de mestrado em andamento “A fundação da Escola Família Agrícola do Sertão: narrar e compreender como tarefas da filosofia da educação”, propondo um percurso pela história deste acontecimento, evidenciando seu caráter de ruptura em relação a um fluxo esperado de continuidade e reprodução das condições sociais, fiando-se nas narrativas dos agricultores ouvidas em pesquisa de campo para tentar apreender delas gestos que concernem à reflexão filosófica em educação. O objetivo é compreender os sentidos atribuídos a esse acontecimento e à experiência escolar que desde então ele tem engendrado, destacando narrativas dos próprios fundadores. Trata-se de um *exercício de pensamento* – tal como o concebe Hannah Arendt – no qual a filosofia da educação é concebida não como a busca pelo estabelecimento dos fins últimos da educação, mas como um esforço com vistas à atribuição de um significado existencial a experiências concretas nas quais estamos inseridos.

Palavras-chave: Acontecimento; Fundação; Escola; Crise.

ABSTRACT: Amidst violent land conflict, historical land appropriation with state legitimation, low life expectation, drought and famine, lack of consistent educational services, significative youth migration, and ambushes and assassinations of community leaders, farmers from the Monte Santo region, in Bahia, Brazil, founded in the *caatinga* landscape, in March 13th, 1998, the Rural School of Sertão (Escola Agrícola do Sertão, or Efase). This essay is based on the ongoing master's research "The foundation of the Rural Family School of Sertão: narrating and understanding as tasks for philosophy of

* Este artigo parte das reflexões realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado “Narrar e compreender como tarefas da filosofia da educação: a fundação da Escola Família Agrícola do Sertão (Efase)”, realizada dentro do programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Mestrando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos sobre Educação e o Pensamento Contemporâneo da USP. Contato: denizart.fazio@usp.br

education". It undertakes the examination of this event's history, highlighting its character of rupture in relation to an expected flow of continuity and reproduction of social conditions. It relies on the farmers' accounts, collected during field work, aiming to capture, on those narratives, gestures that concern philosophical thinking in Education. In order to understand which meanings are attributed to this event, and to the scholar experience it has produced ever since, the essay focuses on school founders' narrative. It is an *exercise of thought* – as Hannah Arendt conceives it – in which philosophy of education is conceived not as a quest to establish the definitive goals of education, but as an effort that aims to attribute existential meaning to concrete experiences in which we are inserted.

Keywords: Event; Foundation; School; Crisis.

ENSAIO

Embora passasse das vinte horas e trinta minutos daquele dez de fevereiro de dois mil e dezessete, fazia um calor ainda incômodo a forasteiros. No campo de terra da escola, cenário do futebol nos finais de tarde, dois professores terminavam de ajustar o telescópio. Enquanto alguns alunos observavam a montagem do equipamento, outros conversavam em pequenos grupos espalhados ao redor. Com afã incomum, a reação eufórica a qualquer pequena novidade denunciava ser o primeiro dia de aula de parte significativa dos presentes.

Do telescópio os alunos formavam uma fila que, em um arco, parecia emular o rastro da Via Láctea. Em movimentos ansiosos conversavam, empurrando, inutilmente, os que estavam à sua frente para que a fila acelerasse. As indicações eram bastante simples: arquear o corpo para alcançar a ocular, fechar um dos olhos, focar e cuidar para não mexer o telescópio. Rapidamente os alunos perceberam a exigência do aprendizado de certa coreografia: a posição correta do corpo, a firmeza de não tocar o telescópio mais do que o necessário e os olhos atentos àquele relevo que agora aparecia tão próximo e nítido. “Eu não sabia que a Lua era assim.”

Com frequência os professores precisavam reposicionar o equipamento, seja em virtude do movimento natural do astro, seja pelas mãos ainda imprecisas dos alunos. Eles riam, gesticulavam eufóricos, falavam sobre minúsculos detalhes na face da Lua e compartilhavam a estupefação diante da dupla novidade: o objeto que permitia aos olhos alcançar a Lua, e a própria Lua tornada também um objeto quase ao alcance das mãos. É possível dizer que

eles nunca mais olhariam para o satélite da mesma maneira. “Olha quanto buraco na Lua!”, uma aluna exclamou. “Buraco, não. É cratera. Vocês estão na Escola Família Agrícola do Sertão, prestem atenção. É cratera.” Ela então retomou a sua própria frase depois da assertiva do professor: “Quanta cratera”.

Um dos alunos demorava mais do que o esperado. Diante da falta de reação, um dos professores pergunta: “Está vendo alguma coisa?”. “Eu não sei.” O professor então pede licença e olha ele mesmo. “Não, você não está vendo nada.” Reposiciona o telescópio. “Agora sim, esta é a Lua, veja.” O aluno, com mais cuidado, retoma a posição. “Que linda.” “Você está vendo?” “Agora eu vejo.”

Parte importante do que é escolar se encontra nos substantivos *atenção* e *mundo*, “A escola é o tempo e o lugar onde temos um cuidado especial e interesse nas coisas, ou, em outras palavras, a escola focaliza nossa atenção em algo” (MASSCHELEIN, 2013, p. 45). Espaço e tempo no qual os objetos se apresentam de maneira diversa daquela que os encontramos no mundo, mas também o lugar onde se aprende um determinado modo de olhar. Um trabalho contínuo que evidencia os feixes emaranhados de um mundo que ao observador inexperiente parece indiviso. Ao mostrar algo não ensina apenas sobre determinado objeto, mas sobre o que significa olhar o mundo. Tal gesto aposta na concordância de uma partilha do olhar, apresentando os significados que coletivamente atribuímos aos eventos do mundo, e, portanto, que nos é comum, mas também faz ver as significações cindidas de um mundo em crise. É no espaço-tempo da escola que até mesmo a Lua pode adentrar e se tornar um objeto partilhado.

Este trabalho se afina com tais ideias e compreende, partilhando da metáfora do telescópio, que a possibilidade de iluminar objetos em sua multiplicidade, por meio de um olhar atento ao mundo, talvez nos permita “[...] descobrir o mais distante pela observação incansável e implacável do mais próximo” (BARRENTO, 2010, p. 130). Estas reflexões a respeito da fundação de uma escola e os sentidos atribuídos por seus fundadores configuram-se na forma de um ensaio por entendermos que o gesto ensaístico permite nos movimentarmos pelas veredas abertas nas narrações dos fundadores da escola. Assim, o ensaio “nasce da névoa da empiria para ganhar corpo vivo,

feito de imagens ideativas, ideias vestidas de metáforas” (BARRENTO, 2010, p. 20). Tem, portanto, o traço indelével da experiência.

Extraindo sua matéria da própria vida, como diria Lukács (2013, p. 47), o ensaio busca “criar condições sob as quais um objeto se mostra a uma nova luz” (BENSE, 1952). Como uma criança que não se envergonha “de se entusiasmar com o que os outros já fizeram” (ADORNO, 2003, p. 16), o ensaísta experimenta novos arranjos de elementos que, ao fim, podem fazer emergir sentidos novos a respeito daquilo sobre o que escreve. A aposta nessa emergência não assegura que haja uma verdade última a que possamos chegar, pois o ensaio “não tem pretensão de sistema ou de totalidade e tampouco toma totalidades como seu objeto ou sua matéria” (LARROSA, 2003, p. 111). Assim, o que se procura nesta forma é, na belíssima formulação de Adorno (2003, p. 27), “eternizar o transitório”.

Afeito ao um caminho sinuoso, dado sempre pelo objeto no qual se debruça, o ensaio enfrenta o “direito incondicional do método” (ADORNO, 2003, p. 25), convertendo-o em problema (LARROSA, 2003, p. 112). Isso não significa que sua produção seja marcada pela aleatoriedade. Nas palavras de Barrento (2010, p. 19) “[...] a experiência do ensaio pede espaço, quer ser deambulação (mas orientada), deriva (mas sem perder o norte), labirinto (com um zénite à vista), centro que é permanentemente descentrado e a que sempre regressa”. Destarte, o seu processo de construção é “metodologicamente inventivo” (LARROSA, 2003, p. 112), pois, não pressupondo o método, deve construí-lo *pari passu* aos (des)caminhos que o objeto lhe proporciona.

Há ainda outra razão para proceder dessa maneira. A crise, tal como nos apresenta Arendt (2005), quando perdemos a autoridade da tradição, encontra no ensaio uma possibilidade de reflexão crítica, nem prescritiva nem redentora, que nos permite, a partir da produção textual de novas configurações, fazer emergir sentidos não antevistos ou, nas palavras da autora, permite-nos movimentarmos na lacuna aberta pela crise entre o passado e o futuro. Além da liberdade oferecida pela forma ensaio, parece-nos que ela encarna o tipo de problema no qual estamos nos debruçando: ações humanas diante da crise, circunscrita, em nosso caso, no campo da educação. O gesto deste ensaio se assemelha ao daqueles alunos no campo de futebol.

Como se debruçados no ocular de um telescópio, demorando nos detalhes inusitados talhados na face da Lua, ainda ouvíssemos as vozes dos professores, um passado que tal como as estrelas, ainda que seja apenas um rastro, permite-nos aprender algo sobre a partilha de um olhar. É aqui que se estabelece o objetivo deste artigo, percorrer um trajeto entre os elementos constituintes do processo de fundação da Escola Família Agrícola do Sertão (Efase) a partir da narrativa de seus fundadores, buscando evidenciar aspectos concernentes às dificuldades nas quais a educação contemporânea se vê submetida.

O campo de futebol está quase vazio. Os alunos se afastam da órbita que faziam ao redor daquele telescópio e dirigem-se para os dormitórios. A rotina da escola começaria cedo, às cinco e meia da manhã, com os primeiros sons tocados manualmente no metal circular pendurado próximo ao refeitório. O telescópio foi recolhido e junto dele as vozes dos alunos. Os professores agora se sentam em uma mesa na casa dos monitores, lugar que os abriga quando estão na escola. Entre livros, computadores, apostilas, preparam as aulas do dia seguinte. Um aluno aparece na porta, fala que tem um problema na coluna e não consegue dormir no treliche. Um professor o acompanha. Aos poucos o que resta são a escuridão e os sons noturnos da caatinga.

“CANUDOS OUTRA VEZ VAI FLORESCER”

Monte Santo é um pequeno município¹ do semiárido baiano onde, a despeito das precárias condições de vida, um grupo de agricultores, em 1998, fundou uma escola: a Escola Família Agrícola do Sertão (Efase). As origens do município datam do século XVIII, durante a missão de penitência realizada pelo capuchinho frei Apolônio de Todd. Em virtude da estiagem, o frei acaba realizando a sua missão próximo a um olho-d'água ao pé da Serra de Piquaraçá. Conta-se que ele vira uma semelhança entre a serra e o Calvário de Jerusalém, fazendo um caminho no dorso da elevação a marcar os passos da

¹ A população estimada, em 2016, pelo IBGE era de 52.015 habitantes. Cf. <http://cod.ibge.gov.br/K1J>. Consultado em 05/06/2017.

Paixão de Cristo. Ao final é construída a capela de Santa Cruz em 1775. A santificação da serra daria, por fim, o nome à cidade.

Historiadores (SANTOS, 2010; NEVES, 1998) costumam situar a colonização do sertão baiano a partir do século XVI na instituição do regime de sesmarias pela Coroa portuguesa, enfatizando que a organização da terra se deu a partir de latifúndios de limites imprecisos. A região da atual Monte Santo fazia parte da Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila, que manteriam tal estrutura de propriedade até o final do século XIX, quando seus herdeiros passaram a dividir as terras. Em virtude do vazio normativo entre o término do período colonial (1822) e a promulgação da Lei de Terras (1850), a indefinição dos limites das propriedades torna-se ainda maior. Se por um lado tal situação beneficiava a expansão dos latifúndios, alguns autores apontam tal período como o momento no qual se tornaria possível a constituição das comunidades de fundo de pasto no sertão baiano².

A cidade, que possui uma população predominantemente católica, recebe tradicionalmente romarias numerosas no dorso do monte santo, aquele mesmo do aclamado *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha. O “coração místico do sertão”, como o município é conhecido, também foi atravessado por um dos episódios mais emblemáticos da história brasileira, a Guerra de Canudos (1896-1897). Monte Santo figura nos relatos do período tanto como local de passagem de Antônio Conselheiro e seus seguidores³

² Nas palavras de Alcântara e Germani (2009, p. 13-14), os fundos de pasto são “[...] uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano”.

³ Há notícia das peregrinações de Antônio Conselheiro em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, onde se lê: “Em toda esta área não há, talvez, uma cidade ou povoado onde não tenha aparecido. Alagoinhas, Inhambupe, Bom Conselho, Jeremoabo, Cumbe, Mucambo, Massacará, Pombal, Monte Santo, Tucano e outros viram-no chegar acompanhado da farândola de fiéis. Em quase todas deixava um traço da sua passagem: aqui, um cemitério arruinado, de muros reconstituídos; além uma Igreja renovada; adiante uma capela que se erguia, elegante sempre” (2016, p. 160).

antes da sua fixação às margens do Vaza-Barris quanto, após o início da campanha, como local de estadia e hospital para o exército⁴.

Descrita por Euclides da Cunha como um lugar de “cerros quase desnudos” e contorcidos “leitos secos dos ribeirões efêmeros”, enfatizando ao viajante que o que ocorre ali “é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas” (2016, p. 27), aquela parcela de *terra ignota* ainda mantém parte da descrição do engenheiro fluminense que esteve na região no final do século XIX enquanto repórter do jornal *O Estado de São Paulo*. O martírio persistente desta terra, não fossem as recentes políticas do governo federal⁵, encontraria, ainda hoje, um retrato ainda mais próximo daquela paisagem nas arredores do arraial de Belo Monte, sobretudo no que concerne à miséria de sua população. Como tantos outros municípios do sertão, teve pouca consideração por parte do Estado no decorrer de sua história, ficando sua população alijada de parcela significativa de políticas públicas básicas.

A cem quilômetros do arraial de Canudos, hoje açude Cocorobó⁶, Monte Santo mantém a presença de Conselheiro em sua praça principal, Monsenhor Berenguer, por meio de uma frágil estátua de madeira no mesmo local que antes fora utilizado pelo exército como abrigo àqueles combatentes que por fim dizimaram Canudos.

A memória dos eventos de Canudos tem um momento importante com a chegada à cidade, em 1981, do padre Enoque José de Oliveira. O então padre, ao se deparar com os conflitos agrários da região entre pequenos agricultores

⁴ Segundo Horcardes (1996, p. 17), então estudante de medicina que acompanhou aqueles eventos e publicou seu relato em 1889 “(...) às 7 horas da noite estávamos na bonita cidade de Monte Santo, que, não obstante apresentar bela topografia, naquela ocasião achava-se revestida de um aspecto lúgubre. Ali fomos acolhidos da maneira mais cavalheirosa possível pelo Sr. Major Martiniano Ferreira, comandante da praça que nos deu tudo o quanto necessitávamos”.

⁵ Particularmente ao programa de transferência de renda Bolsa Família, que associa o benefício a direitos sociais básicos como saúde, educação e assistência social, instituído pela MP 132, de 20 de outubro de 2003, e depois criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004; ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que permite a compra pública de alimentos produzidos por agricultores familiares; e o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), instituído pela Lei 12.873/2013.

⁶ O açude Cocorobó começou a ser construído em 1951 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mas é apenas em 1969 que as ruínas da antiga Canudos são inundadas completamente.

e fazendeiros, relaciona-os à história de Antônio Conselheiro e seus seguidores, tornando, em suas pregações, exemplar a história de Canudos. Esse tipo de aproximação pode ser visto nas canções compostas pelo padre que se tornaram hinos dos movimentos sociais locais. A mais conhecida delas, “Deixa-me viver”, explicita tal relação:

Aí apareceu pelo sertão,
um Monte que passou a cativar,
tão belo que juntou o povo irmão,
patrão e opressor não tinha lá.
Canudos outra vez vai florescer,
a vida como um galho vai frondar.
A luta pela terra gera o pão,
amores vão de novo começar.
Canudos se espalhou pelo país,
embora os tubarões queiram morder,
na roça e na vila, o que se diz:
o povo organizado vai vencer.

Esse esforço tomará tal dimensão que será fundado o Movimento Popular e Histórico de Canudos, organização que realizava celebrações pelos mártires de Belo Monte, bem como atividades artísticas e pesquisas sobre o tema⁷; como nos conta Veronilde Costa, professora das primeiras turmas da Efase:

O padre Enoque chegou em Monte Santo já no início da década de oitenta. Ele chega e sente a dor do camponês. Monte Santo era uma cidade pequenininha, muito menor do que é hoje, e onde tinha uma elitezinha municipal vivendo no centro, na sede, sugando o direito do trabalhador. (...) Então esse padre foi muito perseguido, jurado de morte. Aconteciam missas onde pistoleiros entravam na igreja tentando tirar ele. Inclusive existe o filme *O pagador de promessas*, que no início tem umas cenas do padre Eloi que é uma referência ao padre Enoque (...) A elite local começou a cobrar do bispo que expulsasse aquele padre dali.

No diapasão da teologia da libertação Enoque mobilizava os devotos para a organização política e o enfrentamento àqueles que perpetuavam a

⁷ É possível se deter sobre a história desse movimento em relato feito pelo próprio padre Enoque no artigo “Movimento histórico de Canudos: resgate a partir do olhar da experiência” (OLIVEIRA, 1997).

maquinaria de sujeição dos sertanejos: políticos e fazendeiros. Essas ações aconteceram em ritmo intenso até 1987, quando o padre é afastado de suas funções na Igreja de Monte Santo.

“UM LUGAR EXCOMUNGADO”

Alunos conversavam com seus pais e mães nos alpendres, embaixo das árvores, ou onde quer que conseguissem se abrigar do sol. O movimento era intenso naquele dezanove de fevereiro de dois mil e dezessete, dia de visita dos familiares à Efase. Antes do almoço reuniram-se as pouco mais de duzentas pessoas ao redor do umbuzeiro, formando um grande círculo. Como de costume pediu-se que aqueles que estavam ali pela primeira vez se apresentassem.

Após as apresentações seis alunas se aproximaram da sombra irregular do umbuzeiro transformando-o em palco de teatro. Interpretavam robôs guiados pelas telas dos celulares que tinham em mãos. “Pense, fale, compre, beba, leia, vote, não se esqueça, use, seja, ouça, diga, tenha, more, gaste, viva”, era o que se escutava na música “Admirável chip novo”, releitura pop rock do *Admirável mundo novo*, feita pela cantora Pitty. Quando a música terminou, um dos alunos aproximou-se do palco improvisado e leu o conhecido salmo 23: “O Senhor é o meu pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas. Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome”.

As meninas-robôs se libertam, agora sem os celulares podem seguir livremente. Após os aplausos os atores saem de cena. Outro menino, jovem como os demais, discursa a respeito dos problemas da tecnologia no capitalismo. Relaciona os hábitos de consumo às estratégias do mercado para que nos vinculemos a um mundo que nos é alheio, tirando-nos de nosso lugar, fazendo-nos sair “em busca de ilusões”. Sua fala é permeada por temas caros às discussões da escola: resistência, fortalecimento da caatinga e do modo de vida sertanejo, importância da convivência com o semiárido. À sua saída seguiu-se a oração do Pai Nosso e a Ave Maria. De mãos dadas, a roda se rompeu propositadamente em um ponto onde estava um dos monitores da

escola e sem soltar as mãos caminharam todos para o refeitório onde almoçariam.

A encenação é exemplar dos elementos presentes na fundação da escola: a união de uma religiosidade católica, encarnada nas pastorais sociais e nos trabalhos de educação popular das comunidades eclesiais de base, e as lutas que objetivavam a construção de alternativas de vida não servis no sertão. Essa Igreja, fortemente marcada pela teologia da libertação, compreende a Boa-Nova como indissociável das lutas contra as opressões – daí o salmo 23 aparecer como espécie de anúncio da luta. Uma canção, de autoria de João Bento, muito presente nos encontros, passeatas e atividades dos movimentos populares da região é bastante didática a esse respeito.

Eu sinto a presença de Deus é na luta, é na luta, é na luta!
Quando o povo encara de frente as pessoas que estão no poder,
É o Espírito Santo que age e vai dando coragem pra luta vencer.
Quando o povo está reunido, exigindo os direitos que têm,
vai formando a comunidade na grande irmandade na busca do bem.
Quando o povo está refletindo os problemas da sociedade,
o Espírito Santo ilumina e a todos ensina a vencer a maldade

As pregações de padre Enoque nas décadas de 1970 e 1980, tendo em vista a profunda religiosidade predominantemente católica daquela população, encontravam ressonâncias nas angústias dos sertanejos. As comunidades eclesiais de base (BETTO, 1981) de Monte Santo, pequenos grupos católicos que se encontravam semanalmente para debater seus problemas mais prementes, discutiam, em meio ao culto do evangelho, maneiras de enfrentamento da seca, permeada pela luta pela terra e pela educação. A aliança da Igreja católica com os pequenos agricultores na resolução desses problemas é exemplificada pelo relato de Aderaldo Carneiro da Silva, seu Aderaldo, pequeno agricultor do município de Cansanção (BA), a respeito da chegada de outro padre, Nelson Nicolau, na década de 1990.

Aqui tava uma seca, era muito pior do que essa que tá agora, porque agora o açude tá cheio e naquele tempo ninguém sabia o que fazer da vida. O pessoal do governo botaram na cabeça

do povo que aqui não existia água debaixo da terra. Era um Nordeste que aqui tinha que ir embora todo mundo pra só ficar o vento ventando, porque não tinha solução aqui. Tinha uma missa marcada para lá da Fazenda dos Patos. Celebrou a missa, veio para casa e começou a conversar, se eu não tinha conhecimento de um lugar que pudesse ver que tinha água perto. Aí um senhor, que já faleceu, conversando comigo um tempo aí, me falou que na época de uma seca, de uma baixada que tinha lá, diz que ele achou, na hora de meio-dia, umas cabras debaixo de um incó, lambendo a terra e berrando de sede. Lambendo a terra como quem tinha água ali perto. Ele disse: sábado eu venho para nós achar essa água (...) Quando detonemos um metro e meio de fundura assim, não conseguia mais tirar a terra que tinha porque a água subia muito.

Na narrativa de seu Aderaldo identificamos elementos importantes das condições de vida no sertão baiano nas décadas de 1980 e 1990. Se é parte fundamental desta história o problema da seca, comumente apontado como causa principal para a constante migração dos sertanejos aos grandes centros urbanos, há de se notar que ele só toma esta proporção pelo histórico descaso do Estado brasileiro, que poderia estruturar meios que permitissem a convivência com o semiárido. Essa situação de ausência do Estado é contornada, paliativamente, pelo engajamento de membros da Igreja católica junto aos agricultores.

Evidente que essa disponibilidade em aliar recursos à luta dos pequenos agricultores é precedida pela autoridade e capilaridade da própria Igreja católica nessas regiões. É o que nos conta Maria da Glória Cardoso, 63 anos, professora aposentada do município de Monte Santo: “Antes o trabalho mais forte era o da Igreja, o que a Igreja fazia nas bases das CEBs. Porque o povo daqui era muito católico, muito religioso e acreditava muito na Igreja, então era muito mais fácil fazer esse trabalho”. É na esteira de um engajamento social da Igreja que, na década de 1990, devotos passam a alfabetizar nos povoados de Monte Santo em meio às catequeses por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que promove ações dessa natureza desde a década de 1960⁸. Nas palavras de Glória, “Muitos jovens analfabetos aprendiam a ler e a escrever dentro da

⁸ É possível encontrar mais informações a respeito do movimento em sua página institucional: <http://www.meb.org.br>. Consultado em 05/06/2017.

comunidade. Muitos adultos, também animadores, analfabetos, aprendiam a falar divinamente, mas não sabiam nem ler nem escrever. A partir daí eles já se motivavam, já desejam a ler e a escrever”.

Essas ações eram organizadas, em grande parte, por pastorais sociais da Igreja, particularmente a Pastoral da Criança⁹ e a Pastoral da Terra¹⁰. Sendo a primeira voltada para a alimentação das crianças desnutridas do município, como nos conta José Elias Andrade de Brito, conhecido como Zito, 53 anos, agricultor familiar e morador do povoado de Lagoa do Saco,

A gente se articulou muito bem. Com o desprezo do Estado, o abandono do Estado, e o esclarecimento que a Igreja colocava na cabeça da gente, a gente chegou a um grande conhecimento. A Igreja começou a juntar crianças que estavam morrendo, morrendo na língua, abandonado pelo Estado, pelo poder público estadual e municipal, e a Igreja sem dinheiro, sem apoio político, começou a pegar todas as crianças que estavam morrendo de fome, na miséria, e acolhendo e salvando com soro caseiro, casca de ovo, folha do aipim, e outros ingredientes que juntava tudo e fazia a chamada multimistura.

Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se envolvia nos entraves da estrutura fundiária do município, buscando defender os direitos dos trabalhadores a terra. Em outras palavras, agregava militantes que lutavam contra os latifúndios, sendo parte importante da estruturação das lutas pela reforma agrária no Brasil. De um lado, a luta pela *terra* para assegurar as condições mínimas para a vida; de outro, a *criança* como preocupação com o futuro. No seio da mobilização de esforços para a continuidade da própria vida, em seu sentido biológico, em uma realidade na qual metade das crianças morria de desnutrição¹¹, é notável quando a preocupação passa a ser também

⁹ A Pastoral da Criança, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada, em 1983, pela médica Zilda Arns Neumann e pelo então arcebispo de Londrina dom Geraldo Majella Agnelo.

¹⁰ A Pastoral da Terra foi fundada em 1975 durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo como uma das suas principais figuras o bispo dom Pedro Casaldáliga, próximo à teologia da libertação.

¹¹ A situação encontrada nas comunidades do município era de tal maneira precária que uma reportagem muito lembrada pelos moradores de Monte Santo apontava que, em 1994, de cada cem crianças que nasciam na região cinquenta morriam de desnutrição. É possível ver parte da reportagem, realizada na comunidade de Itapicuru, em um especial realizado pela Rede Globo, vinte anos depois da primeira reportagem. Cf.

com “ler e escrever”, produzindo um deslocamento da sobrevivência física para a continuidade de um mundo comum. Aqui concebemos o mundo, com Arendt, como aquilo que “transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro, preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência nele” (2010, p. 67).

A distinção arendtiana entre vida e mundo aqui é central, pois, ao passo que a primeira é zoé, a manutenção do ciclo biológico, como qualquer espécie animal, o mundo é compreendido naqueles vínculos que “reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros” (Idem, p. 64). Como nos lembra Alves Aguiar (2010), esses vínculos se expressam de diversas formas: “família, partidos, vizinhos, grupos de interesses, associações, religião, cultura, lei, sindicatos etc.”. Ao mesmo tempo em que este mundo comum permite que os indivíduos se relacionem, imersos que estão em um mundo de coisas interpostos entre eles, ele também permite que se preserve a capacidade que os homens têm de agir, de falar ou pensar por conta própria. É nesse mundo comum que podemos perceber o “(...) olhar protetor e iluminador da continuidade humana para além da voracidade natural a que estamos todos submetidos”. Do contrário restaria apenas “nossa nudez e nudez natural” (Idem).

Ao aproximar os trabalhos de alfabetização da preocupação em relação a um mundo comum não pretendemos circunscrevê-lo na linguagem escrita, mas, sobretudo, enfatizar que se na alimentação das crianças desnutridas a preocupação é a sobrevivência, quando da leitura e da escrita a preocupação ultrapassa o imediatismo da vida e se relaciona com a durabilidade do mundo. Esse movimento pode ser percebido no discurso de Adilson da Mota Santana, 38 anos, aluno da primeira turma da Efase e hoje um de seus monitores, quando este diz que é no catecismo permeado por debates contemporâneos das dificuldades da vida sertaneja que surge a palavra liberdade:

“Vamos nos libertar”, “vamos procurar nossos direitos”. E aí no surgimento de algumas associações, de grupos religiosos, que começou a se debruçar um pouco mais nessa linha de liberdade. Começaram a pensar na educação do seu jeito, no

seu modo. Muitas vezes agricultores, pessoas humildes que não tiveram direito de frequentar a escola, mas que pensavam escola para os filhos.

É no entremear da discussão religiosa com as precárias condições de vida daquela região que surge o tema da educação, apontado como consequência da discussão sobre a liberdade. A aproximação dessas duas ideias, liberdade e educação, tem história longa e poderia ser discutida sob muitos aspectos, por exemplo, as relações entre educação e política, ou ainda na aproximação, não estranha aos movimentos sociais de Monte Santo, feita por Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade*. Naquele sertão liberdade significava a possibilidade de construir condições para a permanência dos jovens no sertão. A “liberdade para poder permanecer” era a preocupação primeira das discussões a respeito da educação no município, e que encontraria na pedagogia da alternância um aliado fundamental¹². Para compreender a importância de tal intenção é fundamental olharmos para o estado da educação naquele período.

A já mencionada alfabetização, realizada pelos militantes das pastorais, dava-se em espaços não formais em virtude da precariedade da educação pública no município. O primeiro ciclo escolar acontecia nas próprias comunidades, em salas multisseriadas, comumente a cargo de professores leigos, moradores que, embora não possuíssem formação específica, dispunham-se a alfabetizar crianças e jovens. As salas de aula eram improvisadas em casas de farinha, paróquias, casas dos professores e até embaixo do umbuzeiro.

Naquele tempo, se a gente soubesse ler e escrever, as quatro operações de conta, era professor. Em 81 comecei a dar aula

¹² A modalidade de ensino da escola é a pedagogia da alternância, na qual se “considera que a formação no meio rural, para ser completa, depende das experiências vividas na Escola, na Família e na Comunidade”, como encontramos no “Plano de curso – formação profissional técnica em agropecuária integrada com o ensino médio”, um dos documentos norteadores da Escola Família Agrícola do Sertão. Nas EFAs há a expectativa de uma circulação de atividades entre escola e comunidade. Por meio de alguns instrumentos pedagógicos, como o “plano de estudo”, que objetiva levantar dados na comunidade para serem analisados coletivamente pelos alunos, o “caderno de realidade”, espaço de sistematização individual do plano de estudos e o “caderno de acompanhamento”, onde o estudante descreve sua relação com a escola, seus monitores e as atividades, essa porosidade entre escola e comunidade se configura.

aqui pro povo, pra meninada, tudo misturado, velho, novo, criança (...) A educação aqui era muito fraca. Era bem devagar. Os professores era tudo leigo, eu era um deles (...) Naquele tempo que eu era professor eu passei muita fome. O dinheiro de um professor eles pagavam uns cinco e ainda passava quatro meses sem pagar. (...) No fim da história a gente sofreu bastante, a maioria dos professores foi obrigado a abandonar, passava três, quatro meses sem receber, e quando recebia era uma mixaria que tinha que trabalhar de empregado diarista de noite. Porque, quando a gente ensinava só de dia, passava fome.

O relato de José Antônio de Santana, 76 anos, conhecido como seu Zé do Antônio, professor leigo da comunidade do Muquém, em Monte Santo, dimensiona o contexto no qual esses pequenos agricultores estavam inseridos, bem como as dificuldades, quase intransponíveis, para romper com tal situação. A educação das crianças acabava acontecendo por meio do esforço heroico de figuras como seu Zé, que, a despeito de todas as forças contrárias, juntavam grupos de alunos em suas casas para ensinar.

De outro modo, as crianças ficavam sem nenhum estudo ou estudavam como podiam e ingressavam já como ‘meninos-velhos’, expressão comum na região, nas escolas da sede do município no segundo ciclo do ensino fundamental. A situação de tais escolas é descrita por seu Zito, um dos fundadores da Efase:

O andar das coisas que a gente refletia na época é que a educação, na escola pública, eles educavam o aluno, assim: ‘Meu filho, estude, é tão bom você estudar porque você estudando, se formando, você vai pra cidade grande, vai se empregar’. A propaganda era essa. E a gente via professor assim. Pais de alunos diziam que a alternativa era essa porque aqui não é lugar de se viver, esse sertão seco não era futuro pra ninguém. Botavam na cabeça dos pais, dos educadores, que aqui era um lugar excomungado.

A forte expressão que encerra o discurso de seu Zito sintetiza parte importante da discussão empreendida sobre o contexto da região. A excomunhão é a expulsão de um batizado na Igreja católica em virtude de faltas graves. Em sentido literal é a retirada de um membro de uma comunidade. Utilizando-se do referencial católico, seu Zito apresenta-nos a definição daquele sertão como um território que, tal como um sujeito que

cometesse uma falha imperdoável, fosse excluído da possibilidade de integrar um mundo comum. Um lugar excomungado, evidente, é um lugar esquecido por Deus, e podemos dimensionar a força de tal expressão em uma população de tradição fortemente mística e católica.

VENTOS DA MEIA-NOITE

A vida precária naqueles anos 1990 poderia nos fazer pensar, tal como Euclides da Cunha, que a resposta para esse contexto complexo seria a de que, embora os sertanejos lutem como árvores (2016, p. 60), “estamos condenados à civilização. Ou progrediremos, ou desapareceremos” (CUNHA, 2016, p. 79). Se Canudos era a morada arcaica que a República não poderia tolerar diante de seu projeto de desenvolvimento, afronta à civilização que precisava se modernizar, é importante frisar que a aliança entre barões de outrora e o projeto civilizador levado a cabo pelo exército compreende parte importante dos problemas enfrentados por essa população desde antes de Canudos e muito para além dela. As dificuldades prementes dessa população, apontadas ao longo deste ensaio, parecem quase sempre convergir para os graves problemas fundiários do município, transformando as comunidades em campos de luta. É o que nos conta Rogério Guilhermino de Oliveira, que trabalhou na Comissão Pastoral da Terra (CPT) durante toda a década de 1990.

A luta pela terra aqui na região iniciou no final dos anos 70 e teve seu auge nos anos 80 e 90. É uma região de muito conflito, de muita violência. O primeiro embate foi com as pessoas que vinham de fora, que compravam áreas da caatinga, uma pequena gleba de terra e queriam cercar um muro sem fim, desrespeitando as famílias que historicamente viveram naquele lugar usando a terra de forma coletiva. A região de Monte Santo, principalmente o Pimentel¹³, foi o paraíso dos conflitos na região porque é uma área sem cerca e aparentemente sem dono. Isso fazia com que as pessoas de fora chegassem e se apropriassem indevidamente dessas terras. Então a primeira luta pela terra na região foi pra que as comunidades tradicionais resistissem para não perder suas

¹³ Lagoa do Pimentel é uma área de fundo de pasto, organizada coletivamente, onde foi fundada a Escola Família Agrícola do Sertão.

terras. Daí começaram os conflitos, inclusive os assassinatos (...) Essa luta durou uns quinze anos, mais aguerrida, mais forte, intensa. E nesse período dos anos 80 e 90 foi um período de muito sangue.

Uma luta que durou, de modo mais acentuado, quinze anos, é uma guerra; e basta um pequeno olhar retrospectivo na região para percebermos que os conflitos agrários se perdem no tempo. Consoante a esse pensamento, não nos parece despropositada tamanha identificação desta população com Canudos. A breve experiência no arraial de Belo Monte parece representar o ideal de construção de uma comunidade na qual, unidos pela fé e pela comunhão entre os seus, seria possível restabelecer as bases de uma vida comum.

Muita partilha; muita igualdade. E a gente viu muito nessa questão de Canudos, que Conselheiro trabalhava muito a partilha, a igualdade. Tanto que a gente tem Canudos, hoje, pelo que a gente lê de Canudos, pelo que a gente discute de Canudos, como a primeira reforma agrária a acontecer no Brasil.

Em um contexto de grande concentração fundiária, indissociável de um progressivo confinamento da população mais pobre em espaços cada vez mais diminutos, só é possível pensar em um lugar para esta vida comum na reconfiguração do próprio espaço ou, conforme a associação que Glória faz, atualizando Canudos por meio da luta pela reforma agrária. Conselheiro, ao ocupar com seus seguidores terras abandonadas da fazenda Canudos, pertencente à Casa da Torre (CALASANS, 2002, p. 73), cuja história de expansão de latifúndios na Bahia, já o dissemos, data desde o século XVI, cria um importante símbolo, de fácil identificação com as lutas contemporâneas entre pequenos agricultores familiares e fazendeiros. Nessa ótica, aqueles canudenses que começavam a se organizar, enfrentando a terra árida do sertão e os ditames dos coronéis, dizimados pelo Estado que deveria protegê-los, seriam os mesmos sertanejos que hoje lutam pela conquista da terra e pela reforma agrária. Se o historiador pode classificar de anacrônica esta relação, ela parece, aos olhos destes sertanejos, natural; como se continuassem a mesma luta de Conselheiro. Esse pensamento, talvez trágico, revela um

aspecto fundamental da compreensão que essas populações têm da sua relação com a própria manutenção da vida e continuidade do mundo: no sertão parece não haver conquista de direitos mínimos sem uma interminável guerra.

Uma das mais emblemáticas aconteceu em meados da década de 1990, na Lagoa do Pimentel, comunidade que está há vinte quilômetros da sede do município. Em meio à insegurança jurídica dos fundos de pasto da região, houve um acirramento do embate histórico entre antigos moradores de algumas regiões rurais e fazendeiros. O motivo era o mesmo em quase todos os conflitos: o cercamento arbitrário, por parte de fazendeiros, das terras coletivas.

Nutridos daquela “vontade vã de ser dono do meu chão, meu por posse e continuados trabalhos, trabalho de segurar a alma e endurecer as mãos” (ROSA, 2009, p. 124), os moradores da Lagoa do Pimentel retiravam, no meio da noite, os mourões de madeira e derrubavam as cercas. Eram os chamados *ventos da meia-noite*.

A ação dos sujeitos, disfarçada nos ventos, protegia as figuras que radicalizam a luta em defesa de suas terras. Se antes a natureza austera era quem adjetivava tal lugar como excomungado, agora, a própria natureza serve de símbolo para a ação dos homens. A meia-noite marca o limiar entre o dia que se encerra e o que começa inundados numa mesma escuridão. Como se nesse momento, na hora derradeira, as lutas se acirrassem em sua tensão máxima. Uma fronteira indistinta com o começo de um novo dia. Ainda não é amanhecer, o dia começa é na escuridão, em uma esperança escura, de meia-noite. Como em um jogo às avessas, se os que não deveriam se esconder, os agricultores, escondiam-se, os que deveriam, os fazendeiros, agiam à luz do dia. Era sob o sol do sertão que a maior parte dos agricultores envolvidos nessas lutas eram assassinados.¹⁴

¹⁴ Enquanto este ensaio é escrito esta nota é constantemente atualizada, transformando-se em pequeno obituário. De tempos em tempos, em renitente barbárie, outro trabalhador rural é assassinado. Na tarde de 13 de julho de 2017, José Raimundo Mota de Souza Júnior, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e morador da Comunidade Quilombola de Jiboia, em Antônio Gonçalves (BA), foi assassinado durante a tarde enquanto cuidava de sua roça. Antes do assassinato de Júnior, apontávamos aqui a nota produzida por movimentos sociais da região a respeito da “Violência e barbárie nos campos de Monte Santo (BA)”. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/09/15/nota-publica-violencia-e-barbarie-nos-campos-de-monte-santo-ba/>. Consultado em 10/09/2016.

Os ventos da meia-noite não eram a única forma de resistência. Muitas vezes acionavam-se advogados de entidades ligadas às questões agrárias, como a própria Comissão Pastoral da Terra. Essas tratativas, porém, traziam uma tranquilidade breve aos agricultores; novas demarcações eram feitas pelos fazendeiros, por vezes com pistoleiros contratados para assegurar, na lei da bala, os novos limites das terras. Fracassadas as resoluções legais e políticas, em meados da década de 1990, o embate no Pimentel era questão de tempo. Não demorou muito para que a guerra começasse e, pouco depois, vitimasse quatro pistoleiros. O episódio é lembrado ainda hoje como “a guerra”, um marco da luta pela terra na região.

“ESSA COISA QUE RECONSTRUIU A GENTE”

Em meio aos conflitos violentos, a legitimação estatal da grilagem histórica, a baixa expectativa de vida, as emboscadas e mortes de lideranças comunitárias, a fome e a seca, em 13 de março de 1998 é fundada, por agricultores da região, a Escola Família Agrícola do Sertão (Efase). Como se imbuídos da firme convicção da proeminência do homem diante da terra ignota, tal gesto encarna a faculdade humana de interromper o caminho da ruína, à qual a vida está submetida, para iniciar algo novo, um modo de advertir os homens que “embora tenham de morrer, não nascem para morrer, mas para começar” (ARENDDT, 2010, p. 307).

A gente não pode dizer que foi o pessoal aqui em Monte Santo, dez, vinte trabalhadores que pensaram sozinhos: ‘vamos fundar uma escola’. Existiu, claro, uma história de outras experiências que foram vivenciadas, que deu certo, e aí houve nesse momento o despertar. Eles queriam a escola, acharam alguém que contasse uma experiência de uma escola que deu certo e aí aquela história juntou o útil ao agradável. Eles tinham muita coragem, movidos por uma vontade, vinham das eclesiais de base, era a formação.

Percebe-se na fala de Adilson que tanto a ideia quanto as condições que permitiram a fundação da escola naquele sertão não são completamente extemporâneas. Tais condições se encontram no bojo das organizações sociais que atuaram por décadas na região, seja no âmbito da Igreja católica,

como as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais, seja em organizações de classe como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ainda que a ideia de fundar uma escola encontrasse terreno fértil em Monte Santo, talvez ela não ocorresse sem o engajamento de dezenas de agricultores e apoiadores, e também sem a participação de uma pessoa que proporcionou elos entre as diversas comunidades e organizações do município, encarnando a ideia da escola.

Conhecido como Nelson Mandela, o paulistano chegou a Monte Santo em meados da década de 1990, como agrônomo recém-formado para trabalhar na paróquia da cidade. O trabalho inicial de fomento às frentes produtivas permitiu a sua circulação por muitas comunidades rurais, estabelecendo relações de amizade e confiança com os agricultores, ocupando um lugar de reconhecimento já demarcado, vinculado à própria autoridade da igreja naquela região. A abertura inicial que Nelson Mandela encontrava com esses agricultores era fortalecida em virtude do seu trabalho de assessoria agrícola nas pequenas propriedades, bem como o seu pronto alinhamento às lutas daqueles sertanejos. É nesse sentido que ele se insere em certa continuidade daquela história pregressa na qual pessoas da Igreja católica se engajavam na construção de alternativas para a convivência com o semiárido. Porém, não apenas continuidade, Nelson, segundo o relato de seu Aderaldo, inserindo-se nesses trabalhos e na própria discussão precedente a respeito da educação no município, traz para esse campo outro elemento, fundamental no processo de ruptura com o esperado: a ideia de uma escola dos agricultores que ele havia conhecido no Maranhão, a escola família agrícola.

Essas escolas se originam da experiência escolar rural francesa na década de 1930, que a partir de uma aliança entre agricultores locais e o padre Abbé Granereau¹⁵ fundam a Casa Familiar de Lauzum, originando o movimento das *Maisons Familiales Rurales* (MFR). A experiência se expandiu para outros países de tal forma que a escola família agrícola brasileira terá como referência imediata as experiências das *Scuolas dela Famiglia Rurale*

¹⁵ A respeito do surgimento das EFAs, veja a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil: <http://www.unefab.org.br/>. A respeito da Escola Família Agrícola do Sertão, em particular, pode-se consultar o trabalho de Cavalcante (2007).

(SFR), da região de Veneto, Itália, trazidas para o Brasil pelo padre italiano Humberto Pietrogrande. A primeira experiência brasileira será fundada em 1966 na cidade de Anchieta (ES), fruto de intercâmbios proporcionados pela Associação dos Amigos do Espírito Santo entre brasileiros e italianos. O desenvolvimento das ações da associação se desdobrou na fundação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), em 1968, que pretendia nacionalizar a experiência capixaba. A partir da década de 1970 as EFAs começam a se expandir por todo o Brasil.

Antônio de Andrade Brito, agricultor envolvido na fundação da Efase, descreve o que eles diziam ao apresentar esta nova escola:

O objetivo dela era formar filho de agricultor a ser técnico e isso criou uma curiosidade muito grande. Porque até aquela época nós como trabalhadores rurais não tínhamos nenhuma assessoria técnica para acompanhar o nosso trabalho da roça e por isso obtinha resultados negativos na produção, em todos os segmentos. A terra fraqueava rapidinho porque queimavam. Era grande a necessidade de nós trabalhadores rurais termos técnicos para nos acompanhar.

A princípio, a escola se estabeleceu no povoado de Lagoa do Saco, próximo à sede do município. A associação da comunidade ofertou um galpão que foi utilizado temporariamente pela escola enquanto seu prédio definitivo, situado na Lagoa do Pimentel, ainda era construído, o que ocorreu no decorrer do ano de 1998. Crispim, aluno da primeira turma da Efase, e hoje diretor da Escola Família Agrícola de Itiúba (BA), relembra esta época:

Iniciamos com trinta e seis alunos na Lagoa do Saco. No Pimentel era desterrado. No primeiro mutirão que fomos cinco alunos já desistiram. É muito ardilosa a questão da luta; ficou quem quis mesmo. Daí a gente fez essa luta de construção da escola, da sede, que foi uma luta muito bonita. A gente viu que o povo já estava entusiasmado com história da escola família agrícola.

O mesmo cenário de guerra na Lagoa do Pimentel acolheria os mutirões semanais que no decorrer de um ano ergueriam as estruturas da escola que hoje recebe mais de quinhentos estudantes. Nas palavras de Olegário Ribeiro, outro agricultor fundador da escola: “Aí a gente começou, as comunidades se

reunirem e iam lá fazer mutirão, arrancar pau pela raiz, força bruta [...] Mas lá não funcionava máquina, não, era tudo manual, preservando um pouco a natureza, a caatinga, arrancando os paus que eram necessários e os outros deixando”. As vinte tarefas doadas pela comunidade de fundo de pasto da Lagoa do Pimentel precisaram de um esforço contínuo de modo a transformar a caatinga indiferenciada em uma escola. Entre as árvores preservadas está um umbuzeiro, hoje localizado entre a biblioteca e o refeitório da escola. Em virtude da sua resistência à estiagem e da sombra proporcionada por sua copa, a “árvore sagrada do sertão”, como Euclides da Cunha (2016, p. 56) a chamou, é um símbolo do sertão e por extensão tornou-se também da Efase.

Os alunos daquele primeiro ano da escola, em 1998¹⁶, ingressando no quinto ano do ensino fundamental, eram jovens, “meninos-velhos”, em grande parte com mais de quinze anos de idade. A intenção dos agricultores fundadores da escola, como nos disse Antônio Brito, era “pegar aqueles alunos que estudaram até a quarta série, mas que desistiram, optaram a não continuar porque não tinha como”, ou seja, trazer de volta os estudantes para uma escola que pudesse alicerçar as bases para a permanência no sertão. Se até então o caminho que parecia ser o mais natural era, ao atingir a maioria, migrar para São Paulo, a aposta daqueles sertanejos era que a escola permitiria romper esse mecanismo, criando melhores condições para a convivência com o semiárido.

Tal movimento de fundação de uma escola parece surpreendente ao nos darmos conta de que, em grande parte, essa movimentação foi realizada por um conjunto expressivo de agricultores analfabetos ou com pouquíssima escolarização. Um dos sentidos para esta fundação era o de ser um legado para as futuras gerações. Aqueles agricultores vislumbraram na escola a possibilidade de ruptura com o que havia sido até então a realidade da sua relação com a educação escolar. Inicialmente a escola não se apresenta como

¹⁶ Importante notar que é justamente no ano de 1998 que o nome “educação do campo” toma projeção ao aparecer na I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, ocorrida em Luiziana. Depois de ampla articulação de movimentos sociais, centrais sindicais e a Igreja católica, por meio de suas pastorais sociais, em 2002, reverberando as discussões da conferência, o governo brasileiro, por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, instituirá as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

a “escola do agricultor”, mas a “escola do filho do agricultor”, a iniciativa daqueles agricultores era o de um legado que talvez pouco contribuisse para a sua própria vida, mas, sobretudo, para as novas gerações. A fundação da escola é, sobretudo, um gesto para o mundo e seu futuro. Nas palavras de Simone, professora da primeira turma da escola,

Essas pessoas que não tiveram acesso conseguiram transpor os muros que essas escolas constroem nas comunidades e sonhar que era possível a gente ter uma escola (...) De tudo o que a escola conseguiu fazer, eu acho que a grande conquista foi essa. As pessoas enxergarem, na sua simplicidade, na sua carência socioeconômica, no seu distanciamento dessa cultura letrada, na sua exclusão de políticas públicas tão fundamentais, na concepção do seu modo de vida de terra comunitária ser tão invadido, sonhos, desejos coletivos de fazer diferente para a geração futura, para seus filhos e netos.

A experiência escolar antes da fundação da Efase fazia com que o aluno, na expressão certa de seu Olegário, se *alongasse*, seja no seu sentido mais estrito, a de que aquela formação impulsionava os estudantes a migrar para os grandes centros urbanos, seja em sentido lato, embora igualmente concreto, em que aquela formação afastava os estudantes do trabalho rural e, conseqüentemente, daquele modo de vida tradicional. Parece-nos, afinal, que a pergunta que imbuía os fundadores da escola era aquela que todos, conscientes de um mundo em crise, colocamos: como permanecer juntos? Há nela, como pressuposto, a precariedade de um mundo comum contemporâneo que afeta notadamente a escola, pois é nela que “a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez”, sendo a “instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo” (ARENDRT, 2005, p. 238). É por essa razão que entendemos que aqueles agricultores, ao fundarem uma escola, tocaram no cerne desta questão. Não se tratava apenas das possibilidades de permanência no sertão, mas da continuidade de um mundo comum.

A ideia arendtiana de que na educação a “responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade” (2005, p. 239), ganha contornos nítidos neste gesto de fundação. Subsiste ali a encarnação da recusa de não expulsar

crianças e jovens daquele lugar, preparando-os “para a tarefa de renovar um mundo comum” (Arendt, 2005, p. 247).

Não é só pra plantar ali na terra quando chove, feijão, milho, mandioca. A gente leva ele para o mundo também. Eles adquirem uma facilidade de escrever, de ver, de se expressar, de ver o mundo, de discutir as coisas, de discutir a política. Além do mais a gente insere eles em todos os espaços da sociedade.

Sobrevivência e inserção no mundo compõem o mesmo universo no discurso de Glória a respeito da formação dos alunos da Efase. A fundação de uma escola no meio da caatinga é um gesto de amor ao mundo, preme da confiança de sua continuidade em meio à precariedade da vida. Tal convicção diante das novas gerações coaduna com a assertiva de Arendt, quando diz que “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (2005, p. 247). A preocupação não se restringe com a continuidade da vida, mas com a continuidade de um mundo compartilhado. A dimensão de tal intento no gesto de fundação da escola pode ser percebida na frase de Crispim, aluno da primeira turma da escola: “A Efase nasceu como um negócio que motivou a vida. Ela foi essa coisa que reconstruiu a gente”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003.

ALCANTARA, D.M e GERMANI, G.I. Fundo de Pasto: Um conceito em Movimento. In Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. **Anais da ANPEGE**. CD-ROM.

ALVES AGUIAR, Odílio. A amizade como amor mundi em Hannah Arendt. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 19, n. 28, p. 131-144, dec. 2010. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnfp/article/view/315>>. Acesso em: 18 maio 2017.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARRENTO, João. **O gênero intranquilo**: anatomia do ensaio e do fragmento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BENSE, Max. *O ensaio e sua prosa (1956)*. **Revista Serrote**. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2014/04/o-ensaio-e-sua-prosa/>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

_____. *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*. **Revista USP**, São Paulo, n.54, p. 72-81, junho/agosto 2002.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola do sertão**: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 27.

HORCARDES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Salvador: EGBA; EDUFBA, 1996.

LARROSA BONDÍA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LARROSA BONDÍA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e Realidade* 28(2): 101-115, jul/dez, 2003.

LUKÁCS, George. Sobre a forma e a essência do ensaio: carta a Leo Popper. In: LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**: ensaios. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MASCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio** (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

OLIVEIRA, Enoque José de. Movimento histórico de Canudos: resgate a partir do olhar da experiência. **Rev. Canudos**. Salvador, UNEB, v.2, n.2, 1997.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. In: Ficção completa em dois volumes, volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar: 2009.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido em: 09/04/2018

Aprovado em: 09/07/2018

